

CRISES E CRÍTICAS DA ECONOMIA CAPITALISTA

É nos períodos de crise que a tarefa da crítica se mostra especialmente urgente. Com efeito, o nexos entre as crises – em particular, as econômicas – e a necessidade de sua crítica constitui um tema central do pensamento sociológico desde os primórdios da disciplina. Não apenas Karl Marx respondeu às crises econômicas de seu tempo por meio de uma crítica da economia política, dedicada a revelar as contradições do modo de produção capitalista e, desse modo, contribuir para sua superação; mas também Émile Durkheim reconheceu as desordens financeiras e comerciais como sintoma de uma das principais patologias da sociedade moderna, a anomia, sobre a qual a nascente disciplina da sociologia deveria se debruçar à maneira de uma medicina social. Em seus inúmeros escritos sobre o dinheiro, por sua vez, Georg Simmel encarou o meio monetário como símbolo privilegiado das tendências gerais da cultura moderna, cujos aspectos patológicos (e a possibilidade de sua suspensão) viriam à tona justamente no momento de eclosão da crise. E mesmo Max Weber, em cuja obra os liames entre crise econômica e crítica se apresentam de modo menos evidente, teve seus argumentos sobre o racionalismo ocidental reinterpretados dessa perspectiva – notadamente, por Georg Lukács, que viu nas crises do capitalismo moderno uma mera intensificação da estrutura da vida cotidiana, racionalizada sob a forma de leis parciais, independentes e formais.

O momento atual parece, desse modo, particularmente apropriado para a reflexão sobre as relações entre economia e crítica. Os artigos deste dossiê realizam essa tarefa por meio de estratégias teóricas diversas. A primeira delas consiste no exame de características estruturais da economia capitalista visando a elucidação de suas consequências problemáticas para as relações sociais e a experiência individual. Nessa perspectiva, a economia é encarada como um subsistema societário cujos efeitos se estendem para além de suas fronteiras, afetando a

totalidade da vida social em decorrência, sobretudo, de uma forma determinada de dominação sistêmica engendrada em seu interior. É com isso em vista que Hartmut Rosa, no artigo “Contra a invisibilização de um ‘poder fatídico’: apelo à renovação da crítica do capitalismo”, opõe-se a abordagens segundo as quais não haveria *um* capitalismo, mas antes uma diversidade de regimes de produção e de arranjos político-legais. O problema de tais perspectivas residiria em sua desconsideração do modo pelo qual, a despeito das variações nacionais e regionais, os princípios estruturais da acumulação e da circulação de capital determinam a nossa vida comum. Somente a análise das coerções capitalistas ao crescimento e à aceleração permitiria, em contrapartida, explicar por que esse sistema econômico aparece para nós como um “poder fatídico”, na formulação clássica de Max Weber recuperada por diversos teóricos contemporâneos. Para Rosa, é também a ação combinada desses dois princípios, em sua intensificação recíproca, que permite elucidar três aspectos problemáticos ou patológicos das nossas sociedades: a *irracionalidade* da autonomização do crescimento e da aceleração como puros fins em si, aos quais todas as outras metas devem ser sacrificadas; a *destemporalização* da vida associada à rapidez e à contingência da mudança social, com a correspondente substituição do desenvolvimento apoiado em projetos coletivos e individuais por um estado de “frenética estagnação”; e a *alienação* fundada na conversão daqueles princípios capitalistas em imperativos a serem realizados a despeito de nossos desejos em sentido contrário.

Em perspectiva similar, o artigo “Alienação no trabalho”, de Christoph Henning, apresenta uma análise das coerções anônimas inerentes à economia capitalista com vistas a compreender sua conexão com formas problemáticas de experiência social e individual. Por meio de uma reformulação da teoria marxiana da alienação, Henning se propõe a entender as razões pelas quais nas últimas décadas, em um número crescente de profissões, as pessoas passaram a perceber seu próprio trabalho como exaustivo, desagradável e, sobretudo, desprovido de sentido. Na esteira de Marx, o conceito de alienação é aqui desdobrado em quatro dimensões: do trabalhador com respeito a seu produto, à sua própria atividade, à natureza interna e externa e, finalmente, às relações com os outros. Ao contrário de outras interpretações da teoria marxiana, contudo, Henning desvincula a crítica a tal

estado de coisas da construção de um ideal metafísico ou histórico de “vida verdadeira”, apoiando-se antes em uma “fenomenologia cotidiana da modernidade industrializada”: para imaginar o reverso da alienação, não seria preciso remontar a épocas ou sociedades nas quais os trabalhadores possuíam os meios de produção e fabricavam sozinhos seus produtos, nem fundá-la em uma transcendência de qualquer tipo, mas sim atentar para o repertório já existente – ainda que de modo residual e, por vezes, apenas potencial – de experiências bem-sucedidas com o próprio trabalho, com seus produtos, com a natureza e com os outros. Caracterizada sob esse pano de fundo, a alienação é então associada a quatro fatores explicativos desenvolvidos nos escritos de Marx, todos eles ligados, de uma maneira ou de outra, às coerções anônimas da economia capitalista: a divisão do trabalho, a mercantilização, a capitalização da produção e a opacidade das relações sociais. Finalmente, é também aquele repertório de experiências bem-sucedidas no trabalho que permite articular os critérios normativos para a crítica da alienação, assim como as formas possíveis de resistência a ela.

Os artigos deste volume apresentam, além disso, um segundo tipo de abordagem. Não se trata agora de centrar o foco nas dinâmicas estruturais da economia capitalista, entendida como um subsistema da sociedade moderna, para revelar determinadas formas de dominação sistêmica e suas consequências para a vida social e individual – cujo estatuto problemático é, por sua vez, indicado por conceitos negativos como irracionalidade ou alienação, aos quais podem ser contrapostos exemplos de experiências bem-sucedidas. Nesta segunda perspectiva, trata-se antes de ampliar o escopo da análise e estender a própria categoria de economia para além de seus limites capitalistas modernos. É assim que Klaus Lichtblau, em “A economia da dádiva”, propõe uma reconsideração das noções de economia e de dádiva, com consequências importantes para a maneira pela qual compreendemos as relações entre elas. A partir de uma reconstrução histórica do significado desses dois termos – da Antiguidade grega até as transformações no direito alemão na virada para o século XX –, o artigo oferece tanto uma visão abrangente e multifacetada da economia quanto uma análise detida dos sentidos diversos, e muitas vezes conflitantes, atribuídos à categoria da dádiva. Evidencia-se, então, que a contraposição entre a dádiva como ato altruísta unilateral e a

economia como troca de mercadorias equivalentes é, ela mesma, uma criação moderna. Acrescida de uma consideração dos debates teóricos acerca do *Essai sur le don*, de Marcel Mauss, tal reconstrução histórica oferece os meios para escapar a uma aporia fundamental contida no próprio conceito de dádiva: com efeito, esta foi muitas vezes encarada tanto como o “inteiramente outro” da economia moderna, no sentido de uma doação gratuita que não deve ser retribuída, quanto como a forma elementar do princípio da reciprocidade e, logo, da troca de equivalentes. A adoção de uma perspectiva ampliada a respeito da economia e da dádiva permite, em contrapartida, conceber a segunda como parte da primeira, sem reduzi-la às figuras restritas do capitalismo moderno. A circulação de dádivas consistiria, desse modo, em uma forma particular de economia – da qual a troca de mercadorias seria, ela também, uma modalidade específica – caracterizada pelo interesse no vínculo e na manutenção de uma relação social como “fim em si”.

Nessa perspectiva, portanto, a crítica procede por um movimento duplo. De um lado, trata-se de ressaltar os limites da compreensão moderna de economia como circulação de mercadorias levada a cabo por indivíduos isolados e racionais, concebidos segundo a figura do *homo oeconomicus*. A caracterização da economia em termos abrangentes permite evidenciar certas potencialidades obliteradas por sua forma moderna dominante, de modo que o aspecto crítico dessa abordagem não consiste no desvelamento de coerções ocultas, mas antes em uma abertura do campo das práticas econômicas possíveis. De outro lado, trata-se de buscar definir com maior precisão, em termos não ideais, em que consistem tais possibilidades obscurecidas pela concepção dominante – o que Lichtblau faz por meio de uma caracterização da dádiva que escapa a sua forma aporética. Esse procedimento permite observar como tais práticas já se mostram presentes na economia moderna, não apenas como potencialidades a serem aprofundadas, mas também em encadeamentos por vezes problemáticos com as estruturas capitalistas.

Tal movimento de ampliação da categoria de economia é levado adiante por Vicki Kirby. Em “O enigma do valor, ou: por onde começar?”, a autora propõe uma concepção de economia política do valor que ultrapassa em muito os limites da economia como subsistema da sociedade moderna. O artigo parte de uma característica central do conceito marxiano de capital: neste

último, intrincados processos sociais assumem misteriosamente a forma “congelada” de uma coisa cujo valor parece inerente, um atributo natural dela mesma. Daí que a crítica do capitalismo seja movida tantas vezes por uma vontade de verdade cuja tarefa seria desvelar o que está encoberto, desnaturalizando o que parece dado e incontestável. No entanto, argumenta Kirby, esse procedimento se apoia em uma “economia política invisível”, constituída por oposições binárias que organizam a maneira pela qual pensamos o mundo, e na qual o valor de uma palavra, de um conceito, de um modo de ser assume a forma congelada de algo inerente e essencial. Tal como o capital analisado por Marx, também a crítica ao capitalismo se veria envolvida em um intrincado sistema de valoração que, cristalizando-se em um atomismo da identidade, oculta a si mesmo. Com efeito, a própria ideia de “desnaturalização” implica um binarismo no interior do qual um dos termos (a natureza) aparece como estático, em falta, mudo ou passivo, ao passo que o outro (a cultura, o social) é concebido como o *locus* da agência, da dinâmica, do sentido e da criação. Para escapar a tal impasse, seria necessária uma espécie de desnaturalização da desnaturalização: isto é, a superação de uma visão da cultura como algo externo à natureza para que se reconheçam ambas como instanciações, na forma de contrários, de um mesmo sistema autorreferencial. Tendo iniciado com o mistério do fetiche da mercadoria evocado por Marx, o artigo culmina, desse modo, na perspectiva alargada de uma “economia política da vida”: a saber, um sistema de valor que individualiza a si mesmo como objeto-fetiche na medida em que assume a forma de entidades atomizadas – as quais, porém, não podem preexistir ao sistema *que elas são*, porque cada “coisa” é um momento específico desse sistema.

Dessa estratégia teórica, assim como da anterior, se distingue um terceiro modo de conceber as relações entre economia e crítica. Não se trata aqui de analisar as formas de dominação sistêmica engendradas pelo capitalismo, nem de expandir a concepção de economia para além dos limites de sua configuração moderna, mas de interrogar a relação entre prática e discurso com referência ao domínio econômico, tendo como horizonte o problema do estatuto epistemológico e das funções da ideologia e da crítica. Encarados dessa forma, os artigos de Simon Susen (“Reflexões sobre a ideologia: as lições de Pierre Bourdieu e Luc Boltanski”) e Bastian Ronge (“O que significa pensar criticamente

sobre a economia (política)? Uma tentativa de resposta inspirada em Max Horkheimer”) se revelam complementares em seus propósitos: ao passo que o primeiro analisa o papel da ideologia na reprodução da sociedade e nas lutas sociais, com destaque para aquelas travadas no âmbito econômico, o segundo trata das condições para uma abordagem crítica e, nesse sentido, não ideológica da economia.

Apoiando-se nos argumentos de Bourdieu e Boltanski em “A produção da ideologia dominante”, Susen sistematiza as contribuições dos sociólogos franceses para a análise das características e funções da ideologia, ressaltando tanto os seus aspectos universais quanto as particularidades de sua forma dominante. O artigo dialoga, assim, com as duas linhas de crítica da economia apresentadas anteriormente. Em conexão com a primeira abordagem, centrada nas formas da dominação capitalista, Susen afirma que as ideologias podem ser mobilizadas tanto para estabilizar, legitimar e ocultar quanto para enfraquecer, subverter e expor sistemas de dominação. A ênfase do autor não está, contudo, na dominação *sistêmica* exercida pelo capitalismo sobre os indivíduos – tal como na análise das coerções econômicas e de seus efeitos alienadores ou irracionais –, mas sobretudo nas formas de dominação *relacional* de uma classe (ou fração de classe) sobre outra. Em face desse processo, a tarefa dos cientistas sociais críticos consistiria em desafiar a legitimidade de lógicas idiossincráticas de dominação por meio do questionamento da autoridade epistêmica de suas construções ideológicas de justificação. O propósito da análise científica seria, em outras palavras, desmistificar as aparências enganosas da realidade social e desvelar seus mecanismos estruturais subjacentes. Na medida em que explicita as restrições inelutáveis a que os atores estão expostos, questionando o caráter autoevidente dos arranjos sociais consolidados, a sociologia crítica poderia assim contribuir para a desconstrução não apenas teórica, mas também prática daqueles mecanismos. Com isso, uma segunda conexão se estabelece entre este artigo e outras perspectivas incluídas neste volume: uma aposta central da contribuição de Kirby consiste justamente em questionar esse tipo de procedimento desnaturalizador, o qual, no entanto, como argumenta Susen, é crucial para a crítica da ideologia – e, com certas diferenças, também para a análise das formas de dominação sistêmica. O que está em jogo nesse debate é, em

suma, a complicada questão dos fundamentos da crítica da economia.

Uma das vias possíveis para enfrentar esse problema consiste na formulação explícita de critérios epistemológicos e normativos para a consideração crítica dos processos econômicos. É com isso em vista que Bastian Ronge, apoiando-se em uma reconstrução do discurso proferido por Max Horkheimer ao assumir a direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, interroga diretamente as condições para uma teoria crítica sobre a economia política. Embora não se refira explicitamente ao tema da ideologia, o artigo compartilha vários dos argumentos desenvolvidos por Susen em sua interpretação de Bourdieu e Boltanski. Além de destacar o caráter inevitavelmente parcial, socialmente pré-formado e politicamente informado de todo conhecimento a respeito da economia, Ronge, seguindo Horkheimer, igualmente defende que as ciências econômicas produzem representações enganosas da realidade econômica. Desse modo, a tarefa da teoria crítica seria denunciar e desconstruir a ciência econômica dominante e seus conceitos centrais, seja à maneira de uma crítica imanente – a saber, pela exposição de suas categorias como sujeitas a uma inversão dialética –, seja fornecendo uma representação mais apropriada da realidade econômica. Passando em revista diversas perspectivas contemporâneas de análise crítica da economia, o autor argumenta que nenhuma delas satisfaz inteiramente os cinco critérios estabelecidos pelo então diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, embora algumas – como a de Rahel Jaeggi – se aproximem disso. Particularmente desafiadora, para Ronge, é a questão de como conceber o entrelaçamento de práticas econômicas e não econômicas de modo dialético, o que permaneceria um problema em aberto.

Essa é justamente uma das apostas centrais da crítica do capitalismo desenvolvida por Nancy Fraser em uma série de artigos recentes, cujas formulações são discutidas em entrevista realizada por Arthur Bueno, Nathalie Bressiani, Felipe Gonçalves Silva, Mariana Teixeira, Ingrid Cyfer e Inara Marin. Propondo uma leitura cruzada dos escritos de Karl Marx e Karl Polanyi, Fraser concebe o capitalismo como uma ordem social institucionalmente diferenciada, cujas dinâmicas contraditórias e crises se estabelecem tanto no interior do domínio econômico quanto em suas fronteiras com os âmbitos não econômicos da natureza, da reprodução social e da política. Além dos potenciais

e dos problemas suscitados por tal concepção acerca das relações entre o econômico e o não econômico, são também abordados na entrevista – acrescida do texto “A sobrevida do capital”, de Arthur Bueno, no qual são apresentados comentários críticos a respeito dos escritos recentes da autora – vários outros tópicos que perpassam este volume: dos diferentes sentidos, amplos ou restritos, assumidos pela economia aos fundamentos de sua crítica; das dinâmicas estruturais do capitalismo, com suas consequências problemáticas para a experiência individual e coletiva, às formas de resistência a elas; das relações da economia capitalista com seus “outros” sociais ou naturais à questão da ideologia e dos binarismos inscritos nas práticas e no pensamento a seu respeito.

Reunindo um espectro variado de perspectivas críticas a respeito da economia – situadas, cada uma a seu modo, na interface entre as ciências sociais e outras disciplinas: a filosofia, as ciências econômicas, a linguística etc. –, este dossiê espera contribuir para aprofundar o debate sobre tais questões num momento em que, novamente, ele parece tão oportuno quanto urgente.

Arthur Bueno